

SAÚDE MENTAL NA SEGURANÇA PÚBLICA FRENTE À PANDEMIA: UMA REVISÃO NARRATIVA

*MENTAL HEALTH IN PUBLIC SAFETY IN FACE OF
PANDEMIC: A NARRATIVE REVIEW*

*SALUD MENTAL EN LA SEGURIDAD PÚBLICA ANTE LA
PANDEMIA: UNA REVISIÓN NARRATIVA*

Submetido em: 25.08.2022

Aceito em: 04.05.2023


LILIANA ANDOLPHO MAGALHÃES GUIMARÃES

DOUTORA EM SAÚDE MENTAL

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

CAMPO GRANDE-MS, BRASIL

lguimaraes@mpc.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9355-4015>


JOÃO MASSUDA JUNIOR

DOUTOR EM PSICOLOGIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE-MS, BRASIL

joaoadm1@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-0523-6285>


FERNANDO FALEIROS DE OLIVEIRA

DOUTOR EM PSICOLOGIA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

VOLTA REDONDA-RJ, BRASIL

ffaleiros@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3953-6393>

RESUMO

O trabalho teve por objetivo identificar a extensão dos problemas de saúde mental, tais como os riscos de sofrer acidentes e violências no exercício das atividades policiais, o estresse desencadeado pelo desempenho das tarefas, geralmente carentes das condições adequadas em diferentes níveis para o seu cumprimento, em tempos de pandemia. O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa em que se realizou uma revisão narrativa sobre o tema. Foram observadas que a alta carga de demandas organizacionais e operacionais na rotina de trabalho policial, somada à escassez de recursos para que estes possam enfrentar os desafios de sua profissão, tem sido frequentemente associada ao adoecimento físico e/ou mental deste grupo ocupacional. Assim, se faz importante a informação e a formação continuada para gestores e servidores, sobre a questão da Saúde Mental, caracterizando para cada corporação ligada à segurança pública, seus fatores de risco e proteção gerais e específicos, nos níveis micro (indivíduo) e meso (instituição), permitindo seu adequado reconhecimento, e enfrentamento, favorecendo a possibilidade de trabalhos eficientes de promoção, prevenção e intervenção baseados em evidências científicas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Segurança pública; Polícia; Pandemia; Revisão narrativa.

ABSTRACT

The work aimed to identify the extent of mental health problems, such as the risk of suffering accidents and violence in the exercise of police activities, the stress triggered by the performance of tasks, as a rule lacking the proper conditions in a different level for their fulfillment. The study was performed through qualitative research in which a narrative review was conducted on the topic. It was observed that the high load of organizational and operational demands in the police work routine, added to the scarcity of resources for them to face the challenges of their profession, has often been associated with the physical and/or mental illness of this occupational group. Thus, the information and continuing education for managers and employees on the issue of Mental Health is important, featuring for each corporation linked to public safety, its general and specific risk and protection factors, at the micro (individual) and meso (institution), allowing its proper recognition and confrontation, favoring the possibility of efficient work of promotion, prevention and intervention based on scientific evidence.

KEYWORDS: Mental health; Public safety; Police; Pandemic, Narrative review.

RESÚMEN

El objetivo de este trabajo fue identificar la magnitud de los problemas de salud mental, tales como el riesgo de sufrir accidentes y violencia en el ejercicio de las actividades policiales, el estrés desencadenado por el desempeño de las tareas, careciendo generalmente de condiciones adecuadas en los diferentes niveles para su salud, en tiempos de pandemia. El estudio se realizó a través de una investigación cualitativa en la que se realizó una revisión narrativa sobre el tema. Se observó que la alta carga de exigencias organizacionales y operativas en la rutina de trabajo policial, sumado a la escasez de recursos para que puedan enfrentar los desafíos de su profesión, ha sido muchas veces asociada a la enfermedad física y/o mental de este profesional. grupo. Por ello, es importante la información y educación continua a directivos y empleados en el tema de Salud Mental, caracterizando para cada corporación vinculada a la seguridad ciudadana, sus factores de riesgo y protección generales y específicos, a nivel micro (individuo) y meso (institución), permitiendo su adecuado reconocimiento y confrontación, favoreciendo la posibilidad de una eficiente labor de promoción, prevención e intervención basada en la evidencia científica.

PALABRAS CLAVE: Salud mental; Seguridad pública; Policía; Pandemia; Revisión narrativa.

1. INTRODUÇÃO

As corporações policiais, em geral, assim como outras instituições vinculadas ao atendimento de emergências, compõem um grupo ocupacional de extrema importância para o estado, dada a relevância de suas atividades para a manutenção de serviços essenciais para a sociedade (GUIMARÃES; LAUDELINO NETO; MASSUDA JUNIOR, 2020; PELEGRINI *et al.*, 2018).

No Brasil, o ingresso na carreira policial em todas as esferas do governo se dá por meio de concurso público, em processos nos quais os candidatos são rigorosamente avaliados nos campos intelectual, físico e mental, na busca de assegurar pessoas aptas a desenvolver as atribuições inerentes à futura profissão, apontando assim, que no início de tal carreira, grande parte desses trabalhadores apresentam boa saúde física e psíquica (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019).

Ainda que gozem inicialmente de boa saúde, tais servidores se deparam diuturnamente com inúmeros desafios e tensões no cumpri-

mento de seu dever e em seu ambiente de trabalho. Agressão física, violência verbal, desgaste emocional, excesso de trabalho (GUIMARÃES *et al.*, 2020), contato com acidentes graves, pressões ambientais e sociais, risco constante de morte (GUIMARÃES; LAUDELINO NETO; MASSUDA JUNIOR, 2020), condições precárias de trabalho, remuneração inadequada, conflitos interpessoais (TAVARES *et al.*, 2021), percepção de impotência (SHERWOOD *et al.*, 2019) e a necessidade de manter-se em um estado constante de alerta (COSTA *et al.*, 2020) são apenas algumas das demandas existentes no ambiente de trabalho policial.

Para melhor compreender os efeitos das demandas anteriormente citadas, na saúde destes trabalhadores, se propôs classificar os diferentes estressores presentes no ambiente de trabalho policial, em duas categorias: (i) demandas organizacionais – relativas a estressores genéricos, identificados por meio de instrumentos padronizados para a respectiva aferição, tais como: lidar com cortes de verbas, sobrecarga de trabalho, necessidade de horas extras, conflitos interpessoais, falta de suporte organizacional, limitada latitude de controle e aspectos negativos da cultura organizacional; e, (ii) demandas operacionais – relativas a estressores específicos da atividade policial, relacionados à função desenvolvida pelo indivíduo ou à unidade de trabalho em que ele desempenha suas funções, podendo não ser identificado em outras profissões (WHO, 2010; HABERSAAT *et al.*, 2015; SHERWOOD *et al.*, 2019; WOLTER *et al.*, 2019).

As demandas organizacionais podem apresentar o contexto de um trabalho que leva ao adoecimento físico e mental de um número crescente de policiais, estando comumente associada a quadros sintomáticos como dores de cabeça e musculoesqueléticas, distúrbios do sono e de memória, ansiedade, frustração, entre outros (SHERWOOD *et al.*, 2019; ALMEIDA; CHAVES, 2020; GUIMARÃES; LAUDELINO NETO; MASSUDA JUNIOR, 2020).

As demandas operacionais são associadas a exposição frequente à eventos traumáticos durante a rotina de trabalho (acidentes fatais de trânsito, homicídios, abuso infantil, ameaças à integridade física, falta de manutenção adequada de equipamentos de trabalho), e a percepção de impotência e isolamento ao responder à chamados de urgên-

cia em uma central de atendimento (FERREIRA; SILVA; DUTRA, 2017; SHERWOOD *et al.*, 2019).

1.1 SAÚDE MENTAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Frente ao exposto nos parágrafos anteriores, a continuidade dessas situações sem intervenções para melhoria da saúde e qualidade de vida, bem como da mudança do contexto de trabalho, pode levar a agravos mais severos ou crônicos – decorrentes de uma ou de ambas as demandas – por meio de quadros como alcoolismo, agressividade constante, hipervigilância, explosão emocional, esgotamento físico e mental, podendo evoluir para depressão e síndrome de *burnout* (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011; MARINHO *et al.*, 2018). Além dos impactos citados até aqui, tem se tornado mais frequentes os casos de suicídio no referido grupo ocupacional (MIRANDA; MENEZES; NUNES, 2017; SILVA; BUENO, 2017; PEREIRA; MADRUGA; KAWAHAL, 2020).

Assim, a alta carga de tais demandas, sejam organizacionais e/ou operacionais, na rotina de trabalho policial, somada à escassez de recursos para que estes possam enfrentar os desafios de sua profissão, tem sido frequentemente associada ao adoecimento físico e mental deste grupo ocupacional. Frente a este desafio, as corporações policiais têm sido mais estudadas pelos pesquisadores e frequentemente identificadas como grupo ocupacional de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, e por isso, têm buscado o suporte de especialistas no intuito de implementar ações de prevenção no nível primário, secundário e terciário com o objetivo de combater os efeitos deletérios deste contexto ocupacional. (VAN HASSELT *et al.*, 2019; GUIMARÃES; LAUDELINO NETO; MASSUDA JUNIOR, 2020).

Tais fatores têm feito despertar maior atenção dos gestores públicos diante do desafio de proporcionar ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis para este grupo ocupacional. Como exemplo, em Campo Grande – capital do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul –, Guimarães, Laudelino Neto e Massuda Junior (2020) relatam experiências exitosas de intervenção com foco na saúde mental dos policiais rodoviários federais (fruto da parceria de uma Universidade

Confessional e da 3ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, ambas do referido estado): o projeto se iniciou com avaliação diagnóstica dos estressores no trabalho, avançou para a implantação de ações de intervenção (plantão psicológico *in loco* e atendimento psicoterapêutico em ambulatório externo), chegando à implantação de ações psicoeducativas com foco na melhoria das relações interpessoais e no desenvolvimento de habilidades para os policiais lidarem com estressores laborais.

Outros estudos apontam efeitos positivos de um programa de suporte psicológico aos policiais baseado no apoio dos membros da própria corporação, partindo de um programa voluntário de treinamento de policiais (com 16 horas e temas como estresse, escuta ativa, depressão, substâncias psicoativas, ansiedade, transtorno por estresse pós-traumático, suicídio e estratégias de bem-estar) para que estes pudessem dar suporte aos colegas de trabalho que necessitassem de auxílio. Apontou-se também que tal capacitação permitiu a identificação, por parte dos próprios trabalhadores, de sinais de riscos para o desenvolvimento de transtornos mentais, com o benefício de contar com uma rede de apoio em tempo integral, o entendimento de que tais quadros não representam sinal de fraqueza e, maior abertura para dividir, com colegas de ofício, preocupações e anseios, com quem reconhece as demandas estressoras (VAN HASSELT *et al.*, 2019).

Já para Grupe *et al.* (2021) um programa de *mindfulness meditation* (18 horas de duração em oito semanas, para um grupo de 30 policiais, realizado dentro das unidades de trabalho), visava reduzir o estresse ocupacional e ampliar a resiliência dos envolvidos, por meio das práticas dessa técnica de meditação (respiração, movimentação, fala, escuta, alimentação, controle de pensamentos, emoções), e assim se encorajava os participantes a repetir diariamente tais práticas, no trabalho e em casa. Ao final do programa foram detectadas melhorias como a redução do estresse ocupacional e respectivos sintomas, e aumento na qualidade do sono dos participantes.

Além das iniciativas citadas anteriormente, também se pode citar ações construídas e realizadas com dispositivos tecnológicos para redução de efeitos estressores, por meio da utilização da realidade virtual para o controle da respiração e nível de estresse em situações de perigo (BRAMMER *et al.*, 2021).

No entanto, ainda que o número de iniciativas para a prevenção do estresse ocupacional e adoecimento físico e mental dos policiais seja crescente nos últimos anos, muitos policiais ainda têm receio e se mostram reticentes em utilizar estes serviços, fazendo com que diversos programas sejam subutilizados. Nesse espectro, Hofer e Savel (2021) apontam como principais barreiras impeditivas para que policiais acessem e participem ativamente de tais programas: (i) o estigma oriundo da busca por apoio em decorrência de transtornos mentais; (ii) o desconhecimento dos programas e locais em que se pode encontrar suporte organizacional; e, (iii) as dificuldades de agendamento de horários compatíveis com a rotina de trabalho policial.

Tais fatores são corroborados por três estudos: (i) Van Hasselt *et al.* (2019) apontam que o estigma associado à busca pelo apoio profissional ligado à saúde mental como um dos principais entraves à uma maior adesão, por parte dos policiais, aos programas de prevenção aos transtornos mentais relacionados ao trabalho; (ii) Ricciardelli *et al.* (2021) delimitam a cultura organizacional altamente hierarquizada, autoritária, baseada em comportamentos que valorizam o controle emocional, a força mental e a aparência de invulnerabilidade como fundamentais para o êxito das operações policiais, contrapondo um possível enfoque em saúde mental e psicológica desses trabalhadores, visto que tais comportamentos podem originar problemas de relacionamento e tendem a inibir a utilização dos serviços de saúde mental ofertados; e, (iii) Marshall *et al.* (2021) que indica o medo da busca por apoio psicológico como possível implicador de dificuldades na carreira policial e impacto negativo sobre futuras promoções.

Para os autores, existe uma percepção coletiva de que ao buscar o apoio de um psicólogo ou psiquiatra os demais membros da equipe poderão enxergar este ato como sinal de fraqueza, demonstrando que em situações de perigo a equipe não poderia contar com o apoio efetivo deste policial. Também é apontada a percepção de desconfiança em relação à confidencialidade das informações compartilhadas e ao trabalho de profissionais que não fazem parte da corporação policial como outras razões para não se buscar o suporte ofertado nos programas de saúde mental analisados. (VAN HASSELT *et al.*, 2019; MARSHALL *et al.*, 2021; RICCIARDELLI *et al.*, 2021)

Em conjunto, estes elementos, que inibem a adesão dos policiais aos programas de prevenção a transtornos mentais, restringem ou retardam o acesso ao atendimento profissional especializado e a um valioso recurso de suporte organizacional, mesmo com a exposição a diversos fatores psicossociais de risco. Este tempo perdido pode agravar o adoecimento destes profissionais e impactar a saúde destes indivíduos, o funcionamento destas organizações e, conseqüentemente, o atendimento à sociedade. Servir e proteger a população impacta a saúde física e mental desses trabalhadores, para os quais não existe um mecanismo de desligar a vivência do enfrentamento à criminalidade e outros fatores psicossociais nas ruas, não sendo uma opção voltar para casa no fim do dia como se nada tivesse acontecido (BRASIL, 2019).

O tabu nas instituições de segurança pública é um dos fatores que levam os profissionais a sofrerem em silêncio e, também, motivo pelo qual muitas das mortes por suicídio não sejam notificadas pelas corporações. O estereótipo do policial forte por trás da farda impede, muitas vezes, que o policial peça ajuda em relação ao sofrimento mental. O convívio permanente com a morte e a violência, as longas jornadas de trabalho aliadas à falta de sono, e a falta de lazer e convívio com a família, são fatores de risco preponderantes para tais profissionais, levando também a mais mortes por suicídio do que em confronto durante o serviço, no ano de 2019. (BRASIL, 2019; PORTAL DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Essas sinalizações contribuem para a visibilidade de um complexo problema de saúde pública, permeado por estigmas, mecanismos de negação e racionalização, entre outros, se refletindo em dificuldade real em avançar o conhecimento científico em direção a tão importante problema e na busca de soluções sobre como desenvolver o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e como criar e manter ações de apoio à saúde mental aos profissionais da linha de frente da segurança pública.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foi realizada uma revisão narrativa sobre o tema abordado, modelo esse que não demanda aprovação do estudo em Comitê de Ética em Pesquisa para a sua

realização. Os bancos de dados consultados para a elaboração do presente estudo foram PubMed, PsycInfo, Scielo, revistas, jornais e notícias de TV, entre outros.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam necessariamente as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos, conforme Bernardo, Nobre e Jatene (2004). São constituídas a partir da análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas, e na interpretação e análise crítica pessoal do/s autor/es.

Essa categoria de artigos têm um papel fundamental para a educação continuada por permitir as pessoas que acessam tal conteúdo, adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática ou fenômeno específico em curto espaço de tempo, porém, não possui metodologia que permita a reprodução dos dados e nem fornece respostas quantitativas para questões específicas. Como já dito, os estudos assim delineados são considerados artigos de revisão narrativas e são qualitativos.

3. SAÚDE MENTAL, TRABALHO E PANDEMIA: IMPACTOS EM POLICIAIS BRASILEIROS

Antes da pandemia do novo coronavírus, a preocupação com o estado da saúde mental da sociedade já era constante em entidades nacionais e internacionais. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) estima que mais de 700 milhões de pessoas em todo o mundo sofram com problemas de saúde mental e ainda destaca o Brasil na primeira posição em prevalência de ansiedade, com mais de 18 milhões de pessoas sofrendo do problema.

Em outubro de 2019, representantes das forças policiais se reuniram em audiência da Comissão de Segurança Pública da Câmara de Deputados para discutir medidas para diminuir o índice de suicídios entre os profissionais da segurança pública (PORTAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Na ocasião, se apresentou a proposta de

inserção de uma disciplina sobre “Qualidade de Vida” na formação, aperfeiçoamento e/ou nível superior de novos integrantes das forças de segurança pública, como uma das ações de manutenção da saúde e prevenção ao suicídio para os agentes de segurança.

Ao mesmo tempo, matéria realizada em 2019, apresentou exemplos de ações já estabelecidas para acompanhamento da Saúde Mental desses trabalhadores: em Santa Catarina a corporação tem em seus quadros 14 psicólogos para atender 10,3 mil policiais militares, e em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul já vinham sendo promovidos exames periódicos em toda a tropa, após o ingresso no serviço. Contudo, a maior parte das corporações que não têm psicólogos em seus quadros, ofertando o serviço exclusivamente via convênio médico/de saúde e com todas as restrições desse tipo de atendimento. Algumas corporações buscam parcerias com serviços psicológicos ligados a universidades, para viabilizar parte desses serviços, restando ainda o desafio da ampliação dessa prestação e de um alinhamento para o atendimento das especificidades das demandas apresentadas por esse grupo ocupacional (FANTÁSTICO, 2019; BACK, 2021). Para além disso, e de todos os fatores de risco aqui já mencionados na atividade policial, a pandemia trouxe a campo um novo “inimigo” para combater, o qual é impossível não pensar em impactos diretos no bem-estar desses profissionais, destacando ainda mais a necessidade de cuidado e apoio psicológico necessários, dada as mudanças na forma de socializar, trabalhar e executar as tarefas do dia a dia, aliadas ao medo de contrair o vírus, que trouxeram uma grande carga psicológica para a vida das pessoas, ou seja, a pandemia do coronavírus (COVID-19), trouxe a saúde mental como pauta de ainda mais destaque (BACK, 2021; SOUTTO MAYOR, 2021).

Por isso, Silva, Grandin, Caesar e Reis (2020) pesquisaram que 465 mortes de agentes ocorreram em virtude do coronavírus, frente a 198 casos de profissionais assassinados em serviço ou de folga no Brasil. Um em cada quatro policiais precisou ser afastado das atividades em algum momento, em razão da doença, apenas no ano de 2020. Já na pesquisa de Lotta *et al.* (2020) que foi realizada entre policiais penais e agentes prisionais em 2020, dos profissionais que mencionaram ter a saúde mental afetada pela COVID-19 (73,7%), apenas 5,1% relataram apoio da instituição para acompanhamento do caso.

Para confrontar a questão e orientar tais trabalhadores, se resalta que transtornos mentais são multifatoriais (tem componentes biológicos, psicológicos e sociais), ao mesmo tempo em que surtos psicóticos não acontecem de uma hora para outra, visto serem anunciados paulatinamente por quem está em sofrimento psíquico. Antes de chegar ao ato em si, existem sinais que não são captados ou não recebem atenção dos que estão ao redor, para o que se reforça a necessidade de assistência profissional especializada (médica e/ou psicológica) visando captar esses fatos e fatores, para evitar comportamentos extremos ou a percepção da negação da existência de tal transtorno mental. A situação de desassistência de saúde mental encontrada hoje é grande, ainda mais em uma situação de alteração nas rotinas de socialização, o que tende a aumentar o nível de estresse e se tornar um gatilho para um surto (GUIMARÃES; LAUDELINO NETO; MASSUDA JUNIOR, 2020; GUIMARÃES *et al.*, 2020).

Os autores comentam ainda que o paciente tem que ser atendido por uma equipe diversa porque não é só tratar a psicose, mas promover a reinserção social para que haja a adaptação completa e a desadaptação não funcione novamente como um gatilho para um outro surto. Em um contexto de pandemia e isolamento social obrigatório o aumento de sofrimento psíquico é recorrente, principalmente, em quem já tinha fatores preexistentes.

Na literatura científica consultada sobre o tema para a elaboração desse artigo, aparecem em destaque estudos que ressaltam a natureza estressante do trabalho em segurança pública, particularmente do trabalho policial, devido à repetida exposição a situações traumáticas que envolvem a segurança e a vida, interações conflituosas com superiores, os desafios da relação entre a corporação e a comunidade na qual está inserida. Existem também dificuldades relacionadas à organização e distribuição do trabalho nesses ambientes e a diferença de atuação de acordo com o porte e os problemas sociais de cada cidade ou estado, o que aponta para um aumento da letalidade da ação policial e, conseqüentemente, do risco de agravos à saúde dos policiais – podendo chegar ao suicídio (SOUZA; MINAYO, 2005; HUDDLESTON; STEPHENS, 2007; LAUDELINO NETO *et al.*, 2017).

Outros fatores são apontados por Minayo e Adorno (2013), ao

apresentar que apesar de o risco ser inerente à atividade em segurança pública, orientações institucionais e políticas governamentais de segurança pública podem acentuá-lo. A complementação de renda, com atividades vinculadas à segurança privada, nas horas de folga ou descanso, também se apresenta como fator para a ocorrência de acidentes, adoecimento e mortalidade policial, bem como, Manso, Bueno e Lima (2021) ao direcionar o contexto de análise para a mudança na segurança pública, a partir da implicação na forma como governos, sociedade e polícias constroem o relacionamento entre as partes, devendo tratar como lema teórico e prático que a vida não pode ser menosprezada e/ou a morte banalizada.

Nesse ínterim, é possível apontar também o estudo de Soutto Mayor (2021) ao relatar que durante a pandemia tais trabalhadores têm se mostrado fundamentais na proteção à população, ao manter o trabalho de campo mesmo com a pandemia em andamento (serviço essencial), inclusive ampliando suas atividades e atuando na promoção da conscientização sobre as medidas protetivas e do respeito às regras estabelecidas para conter o avanço do contágio com o coronavírus. Essas ações sugerem que tais profissionais voltaram a se sentir valorizados profissionalmente, por parte da sociedade, e esse resgate da autoestima e a construção de sentimentos saudáveis em relação ao trabalho, podem estar colaborando para a motivação e a proteção à saúde desse grupo ocupacional.

3.1 INTERVENÇÕES PARA PROTEÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Complementam-se esses achados com propostas para melhorar a proteção à saúde física e mental, da respectiva população-alvo desta revisão, durante (e após) o período pandêmico, a partir das diretrizes de organismos internacionais de saúde e outros estudos sobre a saúde dos trabalhadores policiais.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) faz algumas orientações para melhorar os fatores de proteção e minimizar os efeitos dos fatores de risco ou exposição à saúde mental, em tempos de pandemia: (i) não deixar que a pessoa tenha sua identidade definida

pela COVID-19 para reduzir o estigma; (ii) reduzir o tempo gasto assistindo, lendo ou ouvindo notícias que façam a pessoa se sentir ansiosa ou angustiada; (iii) proteger-se e criar redes de apoio, trabalhar junto, como uma comunidade, com intuito de criar solidariedade para lidar com a COVID-19; (iv) buscar oportunidades para divulgar histórias positivas e de esperança e imagens positivas de pessoas recuperadas da COVID-19; e ,(v) valorizar os cuidadores e trabalhadores da saúde que tratam das pessoas afetadas com COVID-19 em sua comunidade.

No mesmo sentido, foram selecionadas orientações para coordenadores ou gestores de saúde, feitas também pela WHO (2010) e OPAS (2020), que podem ajudar a diminuir ou confrontar transtornos mentais já existentes e/ou precipitados pela pandemia, os quais se estendem ao setor de segurança pública:

1. Manter a equipe protegida ao máximo do estresse crônico e da saúde mental precária durante a resposta a essa crise, para que estejam mais bem capacitados para desempenhar sua função. Dado o prolongamento da pandemia, concentrar na capacidade ocupacional de longo prazo;
2. Assegurar comunicação de boa qualidade e atualizações de informação precisas à toda a equipe.
3. Fazer rodízio de trabalhadores entre funções de maior e menor estresse. Colocar profissionais menos experientes para trabalhar com colegas mais experientes. As parcerias ajudam a fornecer suporte, monitorar o estresse e reforçar procedimentos de segurança. Garantir que o pessoal de campo entre nas comunidades em pares;
4. Iniciar, estimular e monitorar, se possível, intervalos do trabalho. Implementar horários flexíveis para os trabalhadores diretamente impactados ou que possuem um familiar impactado por um evento estressante. Certificar a formação de equipes colegas que forneçam suporte social uns aos outros;
5. Garantir que a equipe saiba onde e como pode acessar serviços de saúde mental e apoio psicossocial e facilitar o acesso a esses serviços. Gerentes e coordenadores também estão enfrentando estresse semelhante aos de sua equipe e, potencialmente, pressões

adicionais devido ao nível de responsabilidade de sua função. Tais medidas e estratégias precisam estar disponíveis tanto para trabalhadores como gestores, e que estes possam servir de exemplo de estratégias de autocuidado para mitigação de estresse;

6. Orientar as pessoas que atuam na resposta, inclusive equipe de enfermagem, motoristas de ambulância, voluntários, professores, líderes comunitários e trabalhadores em locais de quarentena, sobre como prestar suporte emocional e prático básico para as pessoas afetadas, usando primeiros cuidados psicológicos (PCP). A esse respeito, treinamento sobre o PCP foi realizado pela UCDB/MS em Campo Grande/MS, a representantes dos Núcleo de Atenção à Saúde Integral do Servidor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de vários estados brasileiros, já no ano de 2018.
7. Encaminhar as queixas de saúde mental e neurológicas urgentes (ex. *delirium*, psicose, ansiedade ou depressão grave) em serviços de emergência ou de saúde geral; e estar informado que pessoas que vivem com condições mentais de longa duração ou crises epiléticas necessitarão de acesso ininterrupto a seus medicamentos, e deve-se evitar suspensão abrupta.

Além da OPAS, para Barbosa e Menezes (2017) e Futino e Delduque (2020) há possibilidade do desenvolvimento de ações específicas como o apoio psicológico *in loco*, ao analisar e considerar o ambiente e as pessoas de forma multifatorial, com senso crítico e compreensivo, de modo que se possa promover saúde por meio técnicas assertivas relacionadas ao estresse e a saúde mental dos policiais, buscando gerar maior compreensão interpessoal, enfrentamento dos problemas, e desenvolvimento de um ambiente focado no apoio organizacional. Em casos de quadros de prejuízo à saúde mental já estabelecidos, realizar ações de forma imediata (terapia breve focal) ou a longo prazo (psicoterapia individual ou de grupo), visando dirimir os agravos, tanto quanto criar estratégias de pertencimento e valorização desses trabalhadores.

Já Back (2021) propõe a oferta do acompanhamento psicológico preventivo – devido aos riscos do cotidiano de trabalho e aos impactos dessa atividade profissional na saúde mental do trabalhador (somada nesse contexto, a pandemia) – corroborando estudos já apre-

sentados, com a necessária demanda de oferta, por parte das corporações, de tal tipo de acompanhamento ao grupo ocupacional estudados, bem como aos respectivos familiares, instituindo assim um instrumento efetivo de melhoria da qualidade de vida desses profissionais, buscando mitigar os impactos à saúde mental decorrentes do exercício laboral na segurança pública. Também complementa essa proposta o estudo de Silva *et al* (2021), somando a possibilidade do atendimento remoto, dadas as restrições impostas (e as lições aprendidas) no período mais severo da pandemia, confirmadas pela efetividade das ações – no referido estudo – por meio da constatação da formação de vínculo descrita pelos usuários do serviço no decorrer do processo terapêutico.

Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico permite o encurtamento de distância e a oferta de ações a profissionais que estejam em ações de campo em localidades remotas, possibilitando acesso a melhor comunicação, relações sociais e, conseqüentemente, à saúde geral e mental dessa população, aperfeiçoando a disponibilidade e acessibilidade às redes de assistência e à prestação de serviços psicológicos necessários para o enfrentamento das demandas apresentadas no presente trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da segurança pública ainda tem sido pouco abordado no âmbito da saúde pública brasileira, sobretudo no campo da saúde mental. É importante que se dê visibilidade cada vez maior ao fenômeno para que seu enfrentamento possa ser facilitado tanto para usuários, como por gestores.

Os riscos e os fatores protetivos à saúde mental na segurança pública, em tempos de pandemia ou não, aqui expostos, provavelmente, passem a contar a partir dessa investigação, com uma maior probabilidade de que, informações científicas sobre o fenômeno sejam conhecidas, contribuindo para uma descaracterização das *Fake News*, que somente atrasam o lidar e o cuidado à saúde mental desses servidores.

Assim sendo, pode-se melhorar ou mesmo instalar um conhecimento mais adequado sobre o tema, para esse segmento de trabalha-

dores e gestores, demandando menos resistências na implementação de promoção, prevenção e intervenções em saúde mental, que sejam amparadas por entendimentos, manejos e políticas que assegurem, sobretudo, em momentos de pandemia, uma flexibilização no trato com os servidores em tela, contemplando o cenário aqui descrito.

Em paralelo, parece ser consenso na literatura consultada que os índices de criminalidade e de violência em geral, são alarmantes e demandam cada vez mais a necessidade de gestão do conhecimento e da saúde desses trabalhadores, visando a melhor adequação possível entre uma postura mais compreensiva dos gestores, às condições de trabalho, à saúde e à qualidade de vida, sobretudo no contexto pandêmico atual.

Assim, valorizar o trabalhador ao assegurar condições plenas para a execução de suas atividades tende a ser sinônimo de promoção de saúde física e mental para esses trabalhadores, permitindo melhor capacidade para o trabalho, evitando a estigmatização do não adoecimento pelo tipo de função exercida, e enaltecendo a subjetividade, a qualidade de vida e a saúde psíquica dessas pessoas.

Também se ressalta a importância, por se tratar de ações que visam a promoção, a prevenção ou o tratamento da saúde mental, que os profissionais de Psicologia (e outras áreas) envolvidos em tais atividades, e considerando as peculiaridades do grupo ocupacional estudado, estejam ainda mais atentos às questões de sigilo e confidencialidade dos dados (seja para atendimentos presenciais ou remotos), bem como para as especificidades das intervenções, considerando todos os contextos do tipo de trabalho em segurança pública, devido aos fatores psicossociais concernentes a essa atividade.

Um quadro diferenciado e sensível, em diversos aspectos, como a pandemia, ressalta a necessidade da elaboração de políticas, modelos e estratégias de intervenção para esses profissionais, dada a essencialidade das suas demandas, e por conseguinte sua importância social, fundamentais para o enfrentamento e o combate à pandemia. Validar e valorizar fatores protetivos como o suporte social, os laços sociais, o reconhecimento em momentos de crise, entre outros, são caminhos mais destacados na literatura para práticas que visem à saúde desses trabalhadores.

Esse estudo, por não se tratar de revisão sistemática, mas narrativa, pode apresentar algumas limitações (incluindo o panorama geral sobre a atividade policial e não o foco em uma instituição específica), que procuraram ser compensadas com a experiência advinda da convivência que os autores do estudo têm, com diferentes corporações de segurança pública, por meio de assistência (plantão psicológico, atendimento em psicoterapia), treinamento e desenvolvimento humano, consultorias, pesquisas acadêmicas em Saúde Mental e Psicologia e atividades de educação em saúde.

BIOGRAFIA DA AUTORIA

LILIANA ANDOLPHO MAGALHÃES GUIMARÃES

GRADUADA EM PSICOLOGIA, ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA HOSPITALAR E EM ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR, MESTRE EM PSICOLOGIA DA SAÚDE, DOUTORA EM SAÚDE MENTAL PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP, PÓS-DOUTORA EM SAÚDE MENTAL PELA UNICAMP-FCM/DPMP (1994) E EM MEDICINA DO ESTRESSE PELO INSTITUTO KAROLINSKA, ESTOLCOMO, SUÉCIA. DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA MÉDICA E PSIQUIATRIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP DE 1982 A 2003 QUANDO SE APOSENTOU POR TEMPO DE SERVIÇO, SENDO CONTEMPLADA COM O PRÊMIO DE RECONHECIMENTO PELA EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À UNIVERSIDADE PÚBLICA- UNICAMP. DE 1996 A 2002, FOI PROFESSORA-ORIENTADORA DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO- UCDB. DE 2003 A 2009 ATUOU COMO PROFESSORA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO-UCDB/MS, RETORNANDO EM 2011 NA MESMA FUNÇÃO E A PARTIR DE 2012, PARTICIPANDO TAMBÉM DO CURSO DE DOUTORADO E PÓS-DOUTORADO DA INSTITUIÇÃO. AINDA, DE 2006 A 2010, PARTICIPOU COMO PESQUISADORA E PROFESSORA CONVIDADA DA NEW SOUTH WALES UNIVERSITY, AUSTRÁLIA. É PROFESSORA ORIENTADORA CONVIDADA DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA, DA UNIVERSIDADE DE GUADALAJARA, MÉXICO. É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISA "LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" DA UCDB/CNPQ E PESQUISADORA DO SAMPO-SETOR DE PSICOLOGIA DO TRABALHO E PSIQUIATRIA OCUPACIONAL DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA- IPQ DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP. BOLSISTA PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ DE 1998 A 2012. MEMBRO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO- SBPOT, GESTÃO 2012-2014. ATUAL COORDENADORA DO GRUPO DE

TRABALHO PSICOSSOCIOLOGIA DO TRABALHO JUNTO A ANPEPP. MEMBRO DE ASSOCIAÇÕES DE CLASSE NACIONAIS E INTERNACIONAIS. MEMBRO DA SBPOT E DA RIPOT. DESENVOLVE PROJETOS COM APOIO DO CNPQ, CAPES E FUNDECT. ORGANIZADORA E/OU AUTORA/CO-AUTORA DE 130 CAPÍTULOS DE LIVROS; AUTORA/CO-AUTORA DE 65 ARTIGOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. PARECERISTA DE REVISTAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS E CONSULTORA DE ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA. FUNDADORA E DIRETORA DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR DA UCDB/MS. COORDENADORA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA SAÚDE OCUPACIONAL JUNTO AO SAMPO- IPQ/HOSPITAL DE CLÍNICAS DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA USP/SP.

JOÃO MASSUDA JUNIOR

GRADUADO EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS), ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INTELIGÊNCIA COMPETITIVA PELA UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO DO PANTANAL (UNIDERP), MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS) E DOUTOR EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB). ATUA COMO PROFESSOR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL E MEMBRO DO GRUPO DE PESQUISA "LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" DA UCDB.

FERNANDO FALEIROS DE OLIVEIRA

LICENCIATURA PLENA (2001), FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO (2002), Mestrado (2007) e Doutorado (2021) em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS/BR), e também, Especialista em Formação Docente para o Ensino Superior (2010) pela UNIDERP (MS/BR). ATUOU EM EMPRESAS E UNIVERSIDADES COMO SICREDI, MERCEDES-BENZ, EMBRAPA, UNIDERP e UNIGRAN CAPITAL COM GESTÃO ESTRATÉGICA DE RH, PROGRAMA DE CLIMA ORGANIZACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, SAÚDE DO TRABALHADOR, AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, GESTÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. É PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR DESDE 2005 e MEMBRO DO GRUPO DE PESQUISA "LABORATÓRIO DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO" (LSMQVT/UCDB/CNPQ) DESDE 2007. PROFESSOR CONVIDADO DO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA USP (IPQ - HCFMUSP), PARECERISTA DE REVISTAS CIENTÍFICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E AVALIADOR AD HOC DO INEP/MEC. ATUA E PESQUISA

NOS CAMPOS DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, SAÚDE MENTAL E TRABALHO, PSICOLOGIA DA SAÚDE OCUPACIONAL, PSICOSSOCIOLOGIA DO TRABALHO E PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO. ATUALMENTE É PROFESSOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE EM VOLTA REDONDA/ RJ.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. F.; CHAVES, A. B. P. Estresse policial: uma revisão integrativa sobre o estresse ocupacional em policiais. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.6, n. 7, 52693-52706, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-788>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- BACK, C. M. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 15(1), 208–225, 2021. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1147>
- BARBOSA, L. M., & MENEZES, C. N. B. A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. *Psicologia Argumento*, 35(89), 2017. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.35.89.AO01>
- BERNARDO, W. M., NOBRE, M. R.C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. *Rev Assoc Med Bras*. 2004; 50(1):1-9
- BRAMMER, J. C. *et al.* Breathing Biofeedback for police officers in a stressful virtual environment: challenges and opportunities. *Frontiers in Psychology*, v12, 1-9, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.586553>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. ISSN 1983-7364. Ano 13. 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.
- COSTA, F. G. *et al.* Qualidade de vida, condições de saúde e estilo de vida de policiais civis. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 41, e. 20190124, 1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.586553>

org/10.1590/1983-1447.2020.20190124. Acesso em: 06 jun. 2021.

FANTÁSTICO. No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos: Rede Globo, 15/09/2019. 1 vídeo (16 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7925344/>. Acesso em 06 jun. 2021.

FUTINO, R. S.; DELDUQUE, M. C. Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 116-134, abr./jun. 2020.

FERREIRA, M. O.; SILVA, E.; DUTRA, F. C. M. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. *Revista Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública*, Belo Horizonte, v. 6, 133-151, 2017. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/98>. Acesso em: 06 jun. 2021.

GRUPE, D. W. *et al.* Mindfulness training reduces PTSD symptoms and improves stress-related health outcomes in police officers. *Journal of police and criminal psychology*, v. 36, 72-85, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11896-019-09351-4>. Acesso em: 06 jun. 2021.

GUIMARÃES, L. A. M. *et al.* Avaliação das habilidades sociais, locus de controle e assertividade em policiais rodoviários federais no município de Campo Grande/MS/Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 11, 84326-84338, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19249>. Acesso em: 06 jun. 2021.

GUIMARÃES, L. A. M.; LAUDELINO NETO, A.; MASSUDA JUNIOR, J. Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 45, e. 8, 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618>. Acesso em: 06 jun. 2021.

HABERSAAT, S. A. *et al.* Health in police officers: role of risk factor clusters and police divisions. *Social Science and medicine*, v. 143, 213-222, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.08.043>. Acesso em: 06 jun. 2021.

HOFER, M. S.; SAVELL, S. M. There was no plan in place to get us help: strategies for improving mental health service utilization among law enforcement. *Journal of police and criminal psychology*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11896-021-09451-0>. Acesso em: 06 jun. 2021.

HUDDLESTON L; STEPHENS C. P. An evaluation of traumatic and organizational experiences on the psychological health of New Zealand police recruits, *Work*, v.28, n.3, p.199-207, 2007

LAUDELINO NETO, A. *et al.* Comportamento Suicida no Contexto Policial. In: FRANCO, A. A. (org.). *Pessoas, Trabalho e Organizações*. Ituiutaba: Barlavento, 2017 (pp 52-63). Disponível em: <https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2017/09/e-book-alessandra.pdf>

LOTTA, G, SOBRAL, I; CORRÊA, M. ALCADIPANI, R; BUENO, S. *Profissionais de segurança pública*, Nota técnica, 2020.

MANSO, B. P.; BUENO, S.; LIMA, R. S. *Polícias (in) controláveis*. Monitor da Violência do G1, São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/policias-incontrolaveis.ghtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MARINHO, M. T. *et al.* Fatores geradores de estresse em policiais militares: revisão sistemática. *Revista família, ciclos de vida e saúde no contexto social*, v. 6, n. 2, 637-648, 2018. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/3132>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MARSHALL, R. E. *et al.* Mental health screening amongst police officers: factors associated with under-reporting of symptoms. *BMC Psychiatry*, v. 21, n. 135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12888-021-03125-1>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MINAYO, M C S, ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n., p.585-593, 2013.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental de policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, 2199-2209, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1518-87882011000400008>

org/10.1590/S1413-81232011000400019. Acesso em: 06 jun. 2021.

MIRANDA, D.; MENEZES, L.; NUNES, P. As percepções do comportamento suicida na polícia militar do estado da Bahia. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, v. 4, n. 01, 62-65, 2017. Disponível em: <http://ippesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Artigo-1-Salvador-Revista-Brasileira-de-Psicologia-2017.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Saúde mental e considerações psicossociais durante o surto de COVID-19*, 18 de março de 2020. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331490>. Acesso em 25 jun 2021

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Considerações psicossociais e de saúde mental durante o surto de COVID-19*. 18 mar 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51996/OPASBRACOV1920040_por.pdfAcesso em 25 jun 2021

PELEGRINI, A. *et al.* Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, n. 2, 423-430, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 28, n. 4, 500-509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PORTAL DA SEGURANÇA PÚBLICA. Saúde mental na segurança pública: como é o apoio psicológico aos profissionais. Disponível em: <https://segpublica.com.br/saude-mental-na-seguranca-publica-como-e-o-apoio-psicologico-aos-profissionais>. Acesso em 25 jun 2021

RICCIARDELLI, R. *et al.* I'm not sick! Are you? Groupthink in police services as a barrier to collecting mental health data. *International Journal of Police Science and Management*, 1-14, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14613557211008473>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SANTOS, R. O. B.; HAUER, R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Saúde & Gestão*, Curitiba, v. 20, n. 2, 14-27, 2019. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SHERWOOD, L. *et al.* Identifying the key risk factors for adverse psychological outcomes among police officers: a systematic literature review. *Journal of Traumatic Stress*, Boston, v. 32, n. 5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jts.22431>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SILVA, C. R. S.; GRANDIN, F.; CAESAR, G.; REIS, T. Número de policiais mortos com Covid-19 é mais que o dobro dos que foram assassinados nas ruas em 2020. 23 abr 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/numero-de-policiais-mortos-com-covid-19-e-mais-que-o-dobro-do-de-assassinados-nas-ruas-em-2020.ghtml>. Acesso em: 25/06/2021

SILVA, M. A.; BUENO, H. P. V. O suicídio entre policiais militares na polícia militar do Paraná: esforços para prevenção. *Revista de Ciências Policiais da APMG*, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, 5-23, 2017. Disponível em: http://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

SILVA, M. O.; BOTELHO, T. A.; DANTAS, V. C. C.; ROCHA, R. V. S.; BRAMBILLA, B. B. A construção do vínculo no atendimento psicológico on-line de agentes de segurança pública e seus familiares no contexto pandêmico. *Em Rede – Revista de Educação a Distância*, 8(1), 1-18, 2021. Recuperado de <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/689>

SOUTTO MAYOR, A. Segurança pública em tempos pandêmicos: estresse e reinvenções. *Revista Campo Minado*, n. 2, Niterói, páginas 4-6, 2º sem. 2021. <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/52571/30628>

SOUZA, E.R., MINAYO, M.C.S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10(4), p.917-928, 2005.

TAVARES, J. P. *et al.* Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, 1931-1940, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/p5h7LT9TMcpSb6ghn9PWx/?format=html>. Acesso em: 06 jun. 2021.

VAN HASSELT, V. B. *et al.* Peers as law enforcement support (PALS): an early prevention program. *Aggression and Violent Behavior*, v. 48, 1-5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.05.004>. Acesso em: 06 jun. 2021.

WOLTER, C. *et al.* Job demands, job resources, and well-being in police officers: a resource-oriented approach. *Journal of police and criminal psychology*, v. 34, 45-54, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11896-018-9265-1>. Acesso em: 06 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Healthy workplaces: a model for action for employers, workers, policymakers, and practitioners*. Geneva: WHO, 2010. Disponível em: http://www.who.int/occupational_health/publications/healthy_workplaces_model.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES DE AUTORIA

(*integridade científica*)

Declaração de conflito de interesse: A autoria confirma não haver conflitos de interesse na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

Declaração de autoria: Todos e apenas os pesquisadores que atendem os requisitos de autoria deste artigo são listados como autores; todos os coautores são integralmente responsáveis por este trabalho em sua totalidade.

Declaração de originalidade: A autoria assegura que o texto aqui publicado não foi previamente divulgado em qualquer outro local e que a futura republicação apenas será feita com expressa referência desta publicação original; também atesta(m) que não há plágio de material de terceiros ou autoplágio.

COMO CITAR (ABNT BRASIL)

GUIMARÃES, L. A. M.; MASSUDA JUNIOR, J.; OLIVEIRA, F. F. de. Saúde mental na Segurança Pública frente à pandemia: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 14, n. 12, p. 365-389, maio-ago. 2023.

DOI: 10.31412/rbcp.v14i12.1025.



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

